

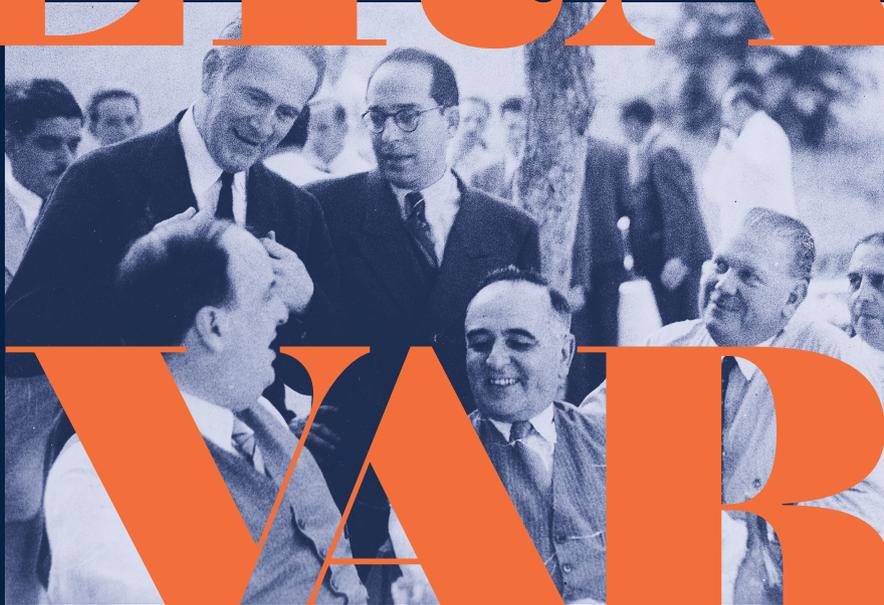
SÉRIE

88

História

ORGS. MARCO AURÉLIO VANNUCCHI
LUCIANO ARONNE DE ABREU

1930-1945



ediPUCRS

Marco Aurélio Vannucchi

Luciano Aronne de Abreu

A ERA VARGAS
(1930-1945)
Volume II

Série História | 88



PORTO ALEGRE

2021

© EDIPUCRS 2021

CAPA Thiara Speth

DIAGRAMAÇÃO Palavra Bordada

REVISÃO Gaia Revisão Textual

Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E65 A era Vargas : (1930-1945) / Marco Aurélio Vannucchi, Luciano Aronne de Abreu organizadores. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2021.
2 v. - (Série História ; 88)

ISBN 978-65-5623-205-8 (v. 2)

1. Brasil – História – Governo Getúlio Vargas. 2. Brasil – História política. 3. História. I. Vannucchi, Marco Aurélio. II. Abreu, Luciano Aronne de. III. Série

CDD 23. ed. 981.061

Anamaria Ferreira – CRB-10/1494

Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS.

Todos os direitos desta edição estão reservados, inclusive o de reprodução total ou parcial, em qualquer meio, com base na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, Lei de Direitos Autorais.



Editora Universitária da PUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33
Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone/fax: (51) 3320 3711
E-mail: edipucrs@pucrs.br
Site: www.pucrs.br/edipucrs

Ação Integralista Brasileira: contornos geoconceituais

Carla Brandalise

Na bibliografia especializada existe, há décadas, significativo consenso de que um movimento político surgido no país nos anos de 1930 e intitulado Ação Integralista Brasileira (AIB) pode ser enquadrado enquanto uma manifestação apresentando nítidas características fascistas. Desde estudos pioneiros essas correspondências vêm sendo apontadas, tanto pelos especialistas nacionais quanto internacionais.¹ A própria temática envolvia e envolve questões recorrentes no que diz respeito, por exemplo, às efetivas possibilidades de existência de fascismos fora dos limites geográficos do contexto europeu do entreguerras. Além, claro, das dimensões temporais para além dessa periodização, o que não se pretende tratar aqui.

A aceitabilidade de fenômenos de conotações fascistas tornou-se vigente, aliás, em múltiplas nações da América Latina, variando a potencialidade organizativa das exteriorizações ali surgidas. Entre essas, a mais citada como exemplo forte tem sido a AIB,

¹ Para nos atermos em primeiras abordagens, discussões e mesmo contradições nacionais mais aprofundadas, cita-se: Trindade (1974); Araújo (1979); Hilton (1977); Chasin (1978); Vasconcelos (1979); Chauí (1985).

também denominada Integralismo e, de maneira mais informal, de “camisas-verdes”, em referência à indumentária dos militantes. Oficializada por Plínio Salgado² em 7 de outubro de 1932, extinguiu-se em fins de 1937.³ No seu curto período de existência, obteve um crescimento exponencial, tornando-se, para citar o grande especialista do tema, Helgio Trindade (1979), o primeiro movimento de massas organizado brasileiro de tipologia fascista.⁴

No entanto, persiste nesse objeto uma questão bastante paradoxal, dado que a própria noção de fascismo enquanto categoria conceitual continua inconclusa, tal a dificuldade que os diversos especialistas enfrentam para chegar a uma concordância, prejudicados que são, inclusive, perante as análises de contextos históricos carregados de perversas negatividades. Payne (1982, p. 10), por exemplo, quando começou a se dedicar ao assunto, constatou que “os problemas de definição e classificação que surgem são tão graves

² Nascido em 1895 em São Bento do Sapucaí, no interior de São Paulo, era filho de um coronel do Exército e de uma professora primária. Já na capital desse estado, entrou em contato com as ideias do movimento modernista, em especial, a vertente “verde-amarelista”, em sua valorização da cultura nacional. Em 1928, foi eleito para um cargo político pela primeira vez: deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista. A guinada definitiva à extrema direita se deu, em especial, após uma visita à Itália, em 1930, quando conheceu de perto o regime de Benito Mussolini e concluiu que um sistema semelhante levaria o Brasil ao “progresso”. Para a trajetória, o pensamento e a produção intelectual desse personagem, ver: Gonçalves (2017).

³ Fartíssima é a bibliografia universitária que trata do tema, apontando o sinalizado interesse em torno da compreensão do objeto, provavelmente ocasionado, entre outras razões, pelo temor e o espanto concernente a esse perigo sempre constante. Em 2010, Bertonha, em *Bibliografia orientativa sobre o Integralismo (1932-2007)* já demonstrava a amplitude em torno do tema. Desde essa data, houve ainda grande crescimento de estudos relacionados. Em outra revisão historiográfica, ver: Gertz (2016).

⁴ O autor, em um esforço de compilação de documentação recolhida ao longo de décadas, publicou mais recentemente *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas* (TRINDADE, 2016). Por sua vez, o epíteto fascista para a AIB segue se confirmado, como, por exemplo, no trabalho de Leandro Pereira Gonçalves (2012b, p. 18), em que este afirma que o Integralismo constituiu “uma organização fascista travestida de nacionalismo cristão, cujo único propósito era alcançar o poder máximo em torno do líder indiscutível Plínio Salgado”. Frisando as especificidades do movimento, acrescenta: “o pensamento de Plínio Salgado nasceu da influência do Integralismo Lusitano, que é oriundo no maurrasianismo, da Doutrina Social da Igreja, bem como de alguns aspectos da doutrina e prática do fascismo italiano” (GONÇALVES, 2012a, p. 165).

que não é surpreendente que alguns estudiosos prefiram dar aos movimentos fascistas putativos seus nomes individuais específicos, sem aplicar-lhes o adjetivo classificador”.

Milza e Berstein (1992, p. 7), no *Dictionnaire historique des fascismes et du nazisme*, afirmavam que

é preciso se render à evidência. Não existe nenhuma definição universalmente admitida do acontecimento fascista, nenhum consenso, o mínimo que seja, sobre o seu domínio de extensão, sobre suas origens ideológicas ou sobre as modalidades de ação que o caracterizam.

Estágio este que, décadas depois, ainda se perpetua. Em razão disso, nunca é demais, em face inclusive das circunstâncias adversas do nosso tempo presente, retomar o debate acerca da natureza ou das características fascistas do Integralismo brasileiro naqueles anos permeados pela ascensão do Estado Novo. Para tanto, em um primeiro momento, analisam-se as eventualidades fascistas à época no continente latino-americano. Em um segundo momento, faz-se necessário perscrutar o acirrado debate acerca da polissemia de “fascismo”, dos impasses em constituir um paradigma heurístico. Assim, nesse quadro de possibilidades, observa-se a correlação entre o fascismo enquanto conceito e a AIB, dentro, evidentemente, de suas peculiares permutações.⁵

⁵ As ideias centrais desenvolvidas neste capítulo remetem à minha dissertação de mestrado, intitulada *O fascismo na periferia latino-americana: o paradoxo da implantação do Integralismo no Rio Grande do Sul*, defendida em 1992 no PPG de Ciência Política da UFRGS, sob orientação do professor emérito da UFRGS Helgio Trindade. Além disso, deve-se dizer que se optou pela tradução (feitas por mim) de todas as citações ao longo do capítulo, para efeitos de facilitação da leitura.

Fascismo na América Latina?

Em resposta negativa, importante posição na questão foi defendida pelo clássico historiador italiano Renzo De Felice (1988b), o qual considerava um abuso conceitual empregar o vocábulo “fascismo” na classificação do fenômeno em outros contextos históricos, para além da Europa e na Europa. Fazia defesa de seu uso restritivo:

[...] as suas raízes [do fascismo] são verdadeira e tipicamente europeias e estão indissolúvelmente radicadas no processo de transformação da sociedade europeia determinado pela Primeira Guerra Mundial e pela crise de transição – moral e material – para uma sociedade de massas (1988b, p. 77).

Em sua posição, De Felice (1988b) discorria sobre o assunto, centrando a análise, como observa Pierre Milza (1989, p. 12), na “cultura política do povo italiano, buscando compreender o lugar que o fascismo ocupou nessa cultura”. Em outras palavras, seu enfoque favorecia o que se denomina como “revolução cultural do fascismo”. Ao criticar o trabalho de estudiosos que privilegiaram os “aspectos sociais e políticos do fascismo e, às vezes, a ligação entre esses dois aspectos e o problema institucional”, De Felice (1988a, p. 22) propunha uma ênfase na “análise aprofundada dos aspectos culturais, sobretudo no sentido antropológico”. Tal viés, em parte, explicava por que, apesar da contribuição fundamental do autor na apreensão do fascismo italiano, sua posição tornou-se “italiocentrista”, admitindo, com reservas, outras manifestações do episódio na Europa.⁶

⁶ Referindo-se, por exemplo, à relação entre os regimes espanhol de Franco e Falange de Primo de Rivera; romeno de Codreanu e a Guarda de Ferro; húngaro do Almirante Horthy e as Cruzes Fechadas; português de Salazar e o nacional-sindicalismo de Rolão Preto; e inclusive, o brasileiro de Vargas e o Integralismo, De Felice (1988a, p. 20-21) considera que, do “ponto de vista científico”, tais sistemas políticos “não podem ser assimilados a regimes fascistas, mas devem ser considerados como clássicos regimes conservadores e autoritários”.

As convicções mais restritivas de Felice vinham confirmadas em estudo de Juan Linz (1970, p. 256) no que diz respeito, por exemplo, ao regime de Franco, para quem governos como esse “sempre tentaram desmobilizar as massas”, enquanto o “fascismo sempre tentou dar às massas o sentimento de ser constantemente mobilizadas”. A crítica, aliás, ao uso abusivo da expressão “movimento” ou “regime” fascistas é aceita pela maioria dos especialistas, porém, sem descartar suas potenciais extensividades. O desenvolvimento do fascismo na Europa mostrava-se, inclusive para De Felice, particularmente possível naquelas regiões onde inúmeras mudanças sobrepuseram-se a um ambiente de atraso econômico e político, gerando um ambiente de anomia.

Os movimentos fascistas, com efeito, encontraram na Europa pós-Primeira Guerra Mundial um meio adequado à sua proliferação. Tratava-se de uma área tomada por Estados-Nação, onde, em muitos casos, os poderes tradicionais revelavam-se enfraquecidos sem que, em contrapartida, uma cultura política liberal-democrática estivesse completamente entronizada. Somam-se a isso graves e complexas crises estruturais resultantes da Primeira Guerra, bem como o impacto da Revolução Bolchevique. Igualmente, a tomada de poder do fascismo italiano desde 1922 e a ascensão do nacional-socialismo na Alemanha proporcionaram a emergência de modelos para os movimentos fascistizados em toda a Europa (MERKL, 1980).

Não obstante, esse quadro não chega a permitir a inferência de uma maior expressão política por parte dos movimentos e partidos fascistas por intermédio do continente europeu, afora, evidentemente, na Itália e na Alemanha. Pierre Milza (1991, p. 360) avalia a propagação do fato em parte da Europa do seguinte modo:

Até a crise [de 1929], o fascismo encontrou nos países democráticos da Europa do Oeste e do Norte uma audiência extremamente restrita. Sem tornar-se um fenômeno de

massas, ele conhece desde o início dos anos 30 um sucesso que está relacionado com a crise do regime liberal-parlamentar, mas que se explica também pela atração pessoal exercida por alguns de seus líderes.

A dificuldade em circunscrever geograficamente o fascismo na Europa se mantém, naturalmente, quando se procura refletir sobre suas possibilidades extraeuropeias nos anos do entreguerras. Diversos autores, ao escreverem sobre o assunto entre a década de 1970 e os anos 1990, admitiam a efetividade de fascismos limitados em outras partes do mundo. Em comum, o destaque para a América Latina e, dentro dessa, o reconhecimento da experiência do Integralismo brasileiro como principal episódio. Como argumenta Payne (1982, p. 171):

A região onde mais se tem copiado a política do continente europeu é a América Latina. Dado o caráter muitas vezes autoritário dos governos latino-americanos e o auge do nacionalismo nessa região entre as duas guerras, parecia a zona mais adequada à aparição de fascismos importantes não europeus.

O autor, mesmo afirmando o caráter precário do fascismo não europeu, analisa alguns casos que poderiam ser classificados como tal ao apresentarem conformidades com partidos ou movimentos fascistas europeus: “O maior deles foi a Ação Integralista Brasileira (AIB) [...] inspirado, em uma medida considerável, pelo fascismo italiano. Tratava de misturar autoritarismo corporativista com a cultura autóctone brasileira”. Reconhece também os casos do Movimento Nacional Socialista (MNS), do Chile, do Partido Fascista Argentino (o mais “claramente mimético”, nas suas palavras), dos chamados Camisas Douradas, do México, e do Socialismo Militar boliviano.

No entanto, Payne (1982) descarta a possibilidade da reprodução, em escala mais ampla, do conjunto de determinantes do fascismo europeu. Algo que, em sua opinião, fez as ocorrências desse tipo serem por demais incompletas e sem legitimidade dentro do corpo conceitual do fascismo. Hennessy (1976, p. 255), da mesma forma que Payne, aceita a exequibilidade de fenômenos limitados na América Latina e, igualmente, ressalta a excepcionalidade do caso brasileiro:

Houve, nos anos 30, movimentos fascistas estilizados, mas somente os integralistas brasileiros realizaram uma mobilização de massas suficientemente ampla para causar alarme; outras, tais como os dourados mexicanos, os nazistas chilenos, os teuto-brasileiros e numerosos grupos argentinos, eram limitados em tamanho e expressão.

Em importante ressalva, frisa Hennessy (1976) que se realmente tais movimentos podem ser classificados como fascistas, foram do tipo cuja difusão ocorreu, sobretudo, em função das peculiaridades desses países. A influência do fascismo europeu teria sido tênue, pois o contexto histórico-cultural latino-americano era muito diferente do europeu.

Por sua vez, Juan Linz (1976) atenta que somente alguns poucos países potencializaram as condições viáveis à emergência de partidos fascistas. Ainda menor era o número de nações a obter apoio de massas a esses. Em alguns lugares, por exemplo, onde a ideologia fascista encontrava certa aceitação, as instituições políticas democráticas não eram suficientemente consolidadas. Tal constatação parte do princípio de que, para o fascismo vir a ser uma alternativa de poder executável, é necessário haver um certo grau de liberdades políticas. Sem isso, torna-se difícil organizar um movimento de massas baseado em determinados princípios contestatórios e

violentos. Logo, somente em alguns dos países mais desenvolvidos da América Latina houve lugar para movimentos fascistas. Os mais significativos teriam sido o Integralismo no Brasil, a Falange Boliviana e o Partido Nazista do Chile.⁷

O fascismo, explicita Linz (1976), constitui-se num movimento ideológico e político inspirado diretamente no pensamento e na revolução cultural ocorrida na Europa no fim do século XIX. Tampouco se poderia entendê-lo como força política à margem de um envolvimento implícito com as consequências da Primeira Guerra Mundial. No entanto, sua expansão em realidades históricas, distantes do contexto imediato europeu, estariam relacionadas ao mimetismo político. Esse acontecimento, presente em todas as épocas, diz respeito aos conteúdos ideológicos dominantes que servem de modelo em outras partes do mundo. Nos anos de 1920 e 1930, os Estados fascistas despontaram progressivamente como modelos a imitar e assimilar, mesmo que fossem apenas elementos da linguagem, da retórica ou dos símbolos.

Pierre Milza (1991) corrobora igualmente a noção de estímulo reduzido do fascismo na América Latina do entreguerras, apesar das inúmeras manifestações presentes, tais como: o Partido Fascista na Argentina; os Camisas-Caquis na Bolívia; o Partido Nacional-Socialista e o Partido Corporativo no Chile; o Partido Fascista no Peru; e os Camisas-Verdes em Cuba. Os países latino-americanos teriam enfrentado na década de 1930 uma conjunção de problemas econômicos, sociais e políticos que operacionalizou certa expansão de movimentos de inspiração fascista. A crise mundial revelou a fragilidade e dependência de suas economias, fundadas sobre a exportação de produtos monocultores e onde, apesar da fachada

⁷ Referindo-se à AIB, Linz (1976, p. 88) reporta: "No Brasil o crescente movimento fascista logo seria banido pelo regime autoritário de Vargas".

geralmente democrática, o domínio político concentrava-se nas oligarquias que inviabilizavam a incorporação das massas emergentes.

Completa Milza (1991, p. 428) que esses movimentos, sendo em sua maior parte exíguas imitações dos correspondentes europeus, não obtiveram as condições mínimas de se impor perante as classes dirigentes, quase sempre ditaduras militares reacionárias. Apenas o Brasil “conheceu um verdadeiro fascismo de massas [...] a Ação Integralista Brasileira, o primeiro movimento autenticamente fascista da América Latina”. O fato tornou-se possível devido à posição que o Brasil ocupava no continente. Por ser um dos países latino-americanos mais desenvolvidos, teria sofrido de modo bastante acentuado os efeitos da Grande Depressão. Ao mesmo tempo, “o Integralismo possuía identidade própria em razão de suas tendências tipicamente brasileiras, com forte nacionalismo, não se comportando, portanto, como mero artigo de importação” (MILZA, 1991, p. 428).

Como possíveis explicações adicionais para as fragilidades dos movimentos fascistas latino-americanos nos anos de 1930, algumas hipóteses ainda são lançadas pelos especialistas. Payne (1982, p. 171) aventa “[...] a dominação consuetudinária elitista patronal dos processos políticos” e sua potencialidade em

reprimir o nacionalismo revolucionário [...] a dominação política dos militares, que sufocava outras manifestações políticas violentas [...] e a aparição de um modo latino-americano bastante distintivo de nacionalismo radical multiclassista na forma de movimentos populares como o APRA peruano.

Em consonância com Payne, Hennessy (1976, p. 255) reconhece que a movimentação convergente de forças de extrema direita não fascistas na cena política latino-americana contribuiu decisivamente à limitação do terreno necessário ao florescimento de significativos

fascismos. Haveria, antes, um modelo particular de relacionamento civil-militar marcado pelo profundo envolvimento dos militares na política. O militarismo latino-americano, afeito ao uso da violência para a “purificação” do corpo político, associado à exaltação dos símbolos e sentimentos de nacionalidade, juntamente com a adoção de peculiares práticas políticas clientelistas baseadas na troca de benefícios por votos e lealdades pessoais, acabou por reduzir a área de operação de movimentos fascistas.

Nas palavras de Griffin (1991b, p. 28), ao adicionar elementos culturais à perspectiva de irrupção de fascismos, faltaria na América Latina um quesito fundamental para que a essência fascista se revelasse em seu pleno:

[...] é bastante provável que um certo sentimento coletivo relacionado com o fato de pertencer ao “novo mundo” (ou de serem novas nações) tenha desempenhado função preventiva quanto à produção e disseminação do “pessimismo cultural” envolvido no engendramento de mitos de decadência e, conseqüentemente, de mitos reversos de renascimento.”

Autores mais recentes se dedicaram, outrossim, à investigação de possíveis ocorrências ou de usos abusivos da denominação “fascismo” na América Latina.⁸ Savarino (2010, p. 51) explica que,

em âmbito ocidental, não se formou nenhum regime fascista extraeuropeu, mas ocorreram movimentos claramente fascistas de alguma importância, sobretudo na América:

⁸ Para abordagens sobre o tema, entre outros, ver: Savarino e Bertonha (2013); Campi (2003); Bertonha (2008); e Larsen (2001).

Legião Prateada, União Canadense de Fascistas, Nacional-Socialismo chileno, Movimento Nacional Revolucionário boliviano, Integralismo brasileiro.⁹

Ao mesmo tempo, o autor introduz uma interessante documentação quanto ao Integralismo brasileiro. Em análise de fontes italianas acerca de como esse país, então sob o governo de Mussolini, observava as contingências fascistas no continente latino-americano, relata que apenas a AIB era vista como tendo alguma relevância:

[...] o único reconhecimento como “fascista” a um movimento importante é dedicado à Ação Integralista Brasileira. Nesse sentido se expressam os diplomatas, as publicações, a imprensa e Ciano. Tudo o demais que tem aparência fascista é visto com ceticismo e rechaço. A documentação do *Ministero degli Affari Esteri* é especialmente contundente a respeito (SAVARINO, 2010, p. 61).

Podemos considerar ainda o exemplo de estudos realizados acerca do Chile e da Argentina. Em abril de 1932, surgia no Chile o Movimento Nacional-Socialista Chileno (MNS), fundado por Jorge González von Marées. O *Nacismo*, como era chamado por seus membros, apresentava-se enquanto a única esperança de realização dos interesses nacionais. Para tal fim, pretendia criar uma força popular interna que abrangesse todas as classes e origens dedicadas à construção de um grande Chile. Defendia, sobretudo, o nacionalismo, por meio de um aparato administrativo hierarquizado. Seu modelo de funcionamento

⁹ Savarino (2010, p. 72), ao contrário de outros historiadores, não considera o Sinarquismo enquanto fascista, preferindo situá-lo como um “nacionalismo católico radical”, tendo sido “um grande movimento de massas rural, católico e anticomunista, inspirado, em certa medida, na falange espanhola, porém autenticamente mexicano. Católico, pacifista, civilista [...], dificilmente poderia ser assimilado a um fascismo, nem sequer como imitação”.

adequava-se ao do nacional-socialismo alemão, porém não se limitava a uma mera imitação: “Se sua inspiração era externa, seu aspecto era distintamente chileno. Se sua teoria era internacionalista, na prática era nacionalista. Se sua ficção olhava para fora, de fato olhava para dentro” (POTASHNIK, 1974, p. 248).

Marquez (2015, p. 116-117) corrobora essa noção ao afirmar que “os textos e os discursos do MNS evidenciam que sua doutrina correspondia a um fascismo genérico. Tanto é que, no referente a seus aspectos formais, os dados disponíveis nos mostram um movimento empenhado em um forte mimetismo com o NSDAP alemão”. O autor acrescenta: “como todo fascismo, o MNS apresentava particularidades nacionais, as quais foram essencialmente resultantes da história do país e das conjunturas de conflitos sociais e políticos”.

No caso da Argentina, a associação de episódios históricos com o fascismo não é tão evidente. Sem entrar no mérito da questão, pode-se pontuar algumas interpretações. Um movimento político surgido nos anos 1920 e conhecido como “Nacionalismo argentino de direita” foi classificado, muitas vezes, como fascista. No entanto, em fins dos anos de 1960, Gerassi (1968, p. 16) o descaracteriza: “mais que fascismo, o ‘Nacionalismo’ foi uma forma extrema de reação conservadora frente ao ascenso da classe média ao poder através do Radicalismo”. Por outro lado, a autora admite que ideologicamente “o nacionalismo constituiu uma colagem mais ou menos artificial do fascismo”, ao convergir quanto

a um intenso antiliberalismo; à rejeição do parlamentarismo e de qualquer sistema político que atuasse através do sistema de partidos; à necessidade de destruir a democracia mediante um golpe militar; à organização da hierarquia e da ordem mediante uma vaga representação corporativa; a uma estreita aliança entre a Igreja e o Estado (GERASSI, 1968, p. 16-17).

Buchrucker (1987, p. 232) está de acordo com Gerassi ao demonstrar a ausência no “Nacionalismo argentino de direita” de um outro elemento cerne do fascismo europeu, ou seja, a convicta adesão ao “expansionismo militar”, com seu acento ao “espaço vital”. Por outro lado, Carnagui (2007, p. 19) identifica substratos mais difusos, em que “no período do entreguerras, a presença de grupos nacionalistas filofascistas não eram estranhos à vida política argentina. Pelo contrário, sua quantidade e suas atividades resultaram, para muitas pessoas, como uma alternativa concreta à democracia [...]”.

Nesse sentido, Finchelstein (2008, p. 135) direciona seu trabalho ao estudo das permanências fascistas na Argentina ao longo do tempo, em suas feições associadas ao cristianismo, racismo, antissemitismo, glorificação da tortura, violência e da guerra. Ao estender-se até a ditadura militar argentina (1976-1983), delibera: “a violência política da ditadura não foi um reflexo da influência das preocupações francesas ou estadunidenses pela segurança nacional [...], e sim um produto da genealogia histórica do nacionalismo fascista argentino”.

Em suma, observa-se que estudos recorrentes em busca de evidências fascistas na América Latina imputam essa natureza a determinados movimentos e/ou partidos, em especial ao Integralismo brasileiro. No entanto, em meio à eterna controvérsia semântica acerca do fascismo, como se pode pensar nesse quadro teórico a Ação Integralista Brasileira?

A AIB: um fascismo brasileiro?

A categorização política da AIB está, naturalmente, envolvida no debate inconcluso acerca das múltiplas definições que poderiam abarcar o fascismo. Quer dizer, antes de a classificar dentro dessa possível ferramenta analítica, é preciso refletir sobre as próprias dificuldades advindas do discernimento conceitual do fascismo.

Algo que, como visto, a despeito de amplos e recorrentes debates, se perpetua ao longo de décadas, sem atingir a almejada chave interpretativa e condensadora, que permitisse melhor efetividade a estudos comparativos em diversas manifestações históricas.

Após se debruçar anos em torno da problemática, De Felice (1988a, p. 20), em *Le fascisme: un totalitarism à l'italienne?*, publicado no final dos anos 1980, conclui que “a progressão das pesquisas históricas sobre os diferentes fascismos e a análise comparativa põe em evidência fatores de diferenciação muitas vezes nítidos entre os diversos fascismos”, tornando-se “cada vez mais difícil ter do mesmo uma visão única”. Ao mesmo tempo, indica uma resolução metodológica inspiradora, referindo-se à tentativa de “isolar este mínimo denominador comum que permite compreender o que há de comparável entre os diversos fascismos e o que, apesar de todas as diferenças, às vezes fundamentais, faz do fascismo senão um fenômeno unitário, ao menos dotado de características específicas” (DE FELICE, 1988a, p. 25).

Ao longo de décadas, esse caminho foi testado por muitos autores e vilipendiado por alguns. Dizia respeito à busca do “fascismo mínimo”, do “fascismo genérico”, um instrumento “tipo-ideal” de leitura das diversas formações que apresentariam correlações suficientes. Ao contrário desse pressuposto metodológico, por muito tempo o fascismo foi considerado uma manifestação sem maior consistência ideológica, dominado pelas ações diretas e pelos sentimentos passionais do líder e de seus militantes.¹⁰ Isso coadunava com a recusa em aceitar o fascismo como algo mais que um desastrosos lapso da história europeia.

¹⁰ Encontra-se tal concepção, por exemplo, em Trevor-Roper (1981, p. 20).

Tal recusa é exposta na chamada “teoria parentética” defendida por Benedetto Croce¹¹ e centrada na ideia de falência moral de certos povos europeus. Essa teoria, como de resto acontece com todas aquelas inseridas na clássica corrente interpretativa do fascismo como uma “doença moral”¹², constitui-se por meio da desmedida ênfase sobre o reconhecido apelo fascista a valores irracionais. O fascismo, portanto, não se explicaria senão mediante o desregramento moral, a selvagem explosão de forças psíquicas reiteradamente recalcadas, por síndromes de paixões viscerais e pela irrupção de forças irracionais suscitados pela crise europeia resultante da Primeira Guerra Mundial.

A proliferação de teorias explicativas concorrentes e, em muito, excludentes tampouco contribuiu para que se avançasse a um consenso a respeito do significado de fascismo. O recurso a séries causais divergentes não fez mais que refletir as discrepâncias entre uma teoria e outra no que se refere à concepção adotada sobre essa ocorrência política. Basta ver, inicialmente, a incompatibilidade entre as análises que, ainda no terreno das interpretações ditas clássicas, sublinham o caráter de surto irracionalista ou moral-falimentar do fascismo e as que o consideram como resultante inevitável de um conjunto de traços (“consequência lógica de taras”) político-econômico-culturais que marcaram o desenvolvimento histórico de nações europeias, sobretudo da Itália e da Alemanha. Posteriormente, pode-se verificar a distância que separa esses dois tipos de teorias das interpretações de cunho marxista, que concebiam o fascismo pela única via explicativa de criatura do capitalismo monopolista ou financeiro, uma crua racionalização desses interesses, como explana Sternhell (1976).

¹¹ A concepção do fascismo como parêntesis, lapso ou acidente histórico foi formulada por Croce em artigo de novembro de 1943 para o jornal *New York Times* e, posteriormente, em discurso feito em Bari, em janeiro de 1944 (DE FELICE, 1969, p. 29).

¹² Ver as categorias elaboradas por Renzo De Felice (1969) em sua obra sobre as diversas vertentes analíticas do fascismo construídas até fins dos anos de 1970.

Ao mesmo tempo, Sternhell (1976) estabelece uma distinção fundamental entre o que significou o fascismo enquanto movimento e enquanto regime político. Demonstra que qualquer força política, ao engajar-se na disputa pelo poder, é obrigada pelas contingências a adaptar seus propósitos doutrinários às circunstâncias pragmáticas. As exigências da *realpolitik*, geralmente, conduzem a um conflito das linhas de ação adotadas com os princípios doutrinários básicos. Segundo o autor, os movimentos fascistas italiano e alemão, ao atingir o poder, teriam obedecido a toda uma ordem de transformações internas devido às pressões do papel governamental. As políticas que tiveram continuidade relacionavam-se com a conservação permanente da posição de governo e com o desenvolvimento da força econômica e militar do Estado.

Sternhell (1976) ressalta que no estágio de movimento, ao contrário, foi mantido com maior ênfase seus princípios originais. O fascismo revelaria, sobretudo, seu complexo perfil por intermédio de movimentos políticos, e não por meio de regimes constituídos. Logo, seria imprescindível a reconstrução histórico-analítica dos contornos ideológicos dos movimentos fascistas. Isso não indica que, enquanto regimes, houvesse uma descaracterização a ponto de não serem reconhecidos como autênticos fascismos (STERNHELL, 1976). Nessa lógica, a AIB se encaixa com propriedade, pois, ao não atingir seu objetivo de tomada do poder, permaneceu movimento e, em um segundo período, partido político.¹³

¹³ Mostrando o quanto o Integralismo valorizava sua modalidade de movimento, ao tentar não se apresentar em uma primeira etapa nem mesmo como partido, Trindade (1979, p. 163) explicita: "Embora a AIB pretenda ser um instrumento para a instauração do Estado Integral, recusa-se a ser assimilada, numa primeira fase, a um partido político e define-se apenas como um movimento cultural e cívico. Esse fato se explica mais por razões de estratégia política e coerência ideológica do que por apoliticismo".

A despeito das diversas críticas¹⁴ ao conceito de fascismo elaborado por Roger Griffin (1991a; 1991b), em sua abordagem com marcado eixo cultural¹⁵, é possível reconhecer nele grande operacionalidade, mesmo que não seja uma definição que pretenda englobar o conjunto significacional do fascismo e sua prática, como admitiu o autor.¹⁶ Pretende se reportar, acima de tudo, à estrutura ideológico-representativa, onde há especial destaque para o mito palingenético enquanto mote mobilizador de uma ressurgência nacional societal.¹⁷ Argumento esse último que é referendado por inúmeros autores, como Ian Kershaw (2004, p. 247), para quem “a busca do renascimento nacional se encontra, evidentemente, no coração de todos os movimentos fascistas”.

Da mesma forma, Robert Paxton (1995, p. 7), em artigo intitulado “Les fascismes: essai d’histoire comparée”, parece concordar

¹⁴ Para uma síntese do debate, ver: Roberts *et al.* (2002). Griffin (1991a; 1991b) pontificava na chamada fase do “giro cultural” das interpretações acerca do fascismo.

¹⁵ Griffin (2002), por sua vez, responde a determinadas críticas em *The Primacy of Culture: The Current Growth (or Manufacture) of Consensus within Fascist Studies*. Nesse artigo, na esteira de autores como Renzo De Felice, o autor desenvolve, em especial, os argumentos acerca da importância que a revolução ideológica cultural (uma revolução destinada a resolver a crise da decadência moderna) possui dentro do fascismo e, portanto, em qualquer definição a ele relacionado.

¹⁶ Griffin (2010, p. 60), novamente respondendo a críticas e sempre resgatando, de maneira acertada, o papel da ideologia no fascismo, esclarece os objetivos de seu conceito: “eu nunca sugeri que o *consensus* considerava o fascismo como um fenômeno exclusivamente ideológico ou redutível às ideias e aos mitos. O que eu sustentei foi que o estilo, as rejeições, as ações tanto em movimentos, quanto em regimes e, sobretudo, suas relações com o conservadorismo e o autoritarismo são incompreensíveis se ignorado sua ideologia revolucionária de renascimento nacional e mesmo racial”. Em relação ao “*consensus*”, Griffin (1998, p. VIII) se refere a tal expressão no prefácio de sua obra *International Fascism*, onde havia sugerido um “novo consenso” quanto à definição do fascismo, dado que diversos autores, como Stanley Payne e Roger Eatwell, encontravam convergências plausíveis e condensáveis nas análises comparativas do incidente, centrado na representação do fascismo como uma manifestação política revolucionária inerente a um nacionalismo holístico baseado em um conjunto de valores e um estilo.

¹⁷ Aliás, alguém como Gustave Le Bon (1911, p. 232), base indireta e difusa fundamental de qualquer fascismo contemporâneo, era perfeitamente consciente do poder racional do enunciado, “as palavras e as fórmulas são grandes geradores de opinião e de crenças. De potencialidades temerosas, elas fizeram perecer muito mais homens do que os canhões”.

com tal eixo, ao formular o que chamou de definição “funcional de fascismo”, trazendo a “decadência/superação/convicção comum” na proposição de que “é preciso examinar esse fenômeno como um sistema de autoridade e de enquadramento que promete reforçar a unidade, a energia e a pureza de uma comunidade”. Ele distingue que essa comunidade se referendava como vítima, “o que justifica todos os recursos contra os seus inimigos internos e externos”. Há, igualmente, “um pressentimento de decadência da comunidade, minada pela esquerda individualista e cosmopolita”, logo, o “remédio a essa decadência” é o “enquadramento da população em um *fascio*, onde a unidade das almas é forjada por uma convicção comum”.¹⁸

Em sua ênfase, Griffin (1991a; 1991b) explorou o quadro das representações e das narrativas de líderes fascistas, e sabe-se o quanto imperativo e interpelativo essas formulações podem ser, quando exercidas por lideranças dotadas de certo e, às vezes, inexplicável magnetismo. Deve-se ainda lembrar que nenhum conceito, quando aplicado a uma ordem de história comparada, pretende dar conta por completo da conjuntura analisada, identificando nela o quadro

¹⁸ Em obra posterior, *Anatomia do fascismo*, publicada originalmente em 2004, Robert Paxton (2007, p. 358-359) altera certos elementos de seu conceito, retirando ênfases diretas como “convicções comuns”, que poderiam talvez indicar alguma persistência ou maior racionalidade e coerência ideológica no fascismo; ainda critica o chamado *new consensus* acerca do conceito de fascismo (p. 46-47), que se desenhava nos anos de 1990, sobretudo na escola anglofônica, onde Griffin se enquadrava. Paxton (2007) opta por considerar a discursiva dos líderes fascistas como algo vazio, mutável, pragmático, destituído de qualquer “essência”, dado que o “fascismo não se baseia num sistema filosófico complexo” (p. 38) e se manifestava, fundamentalmente, por intermédio de “paixões mobilizadoras” (p. 360), e não por um sistema de ideias suficientemente coerentes. O fascismo se estabeleceria em um *processus*, em geral com cinco estágios dotados de traços diferenciados. Essa visão do fascismo em estágios, aliás, foi trazida anteriormente por Pierre Milza (1991, p. 157-158), sem que esse subtraísse a importância do papel da ideologia intrínseca ao evento geral. Eventualmente, o fato de a construção ideológica fascista apresentar baixa qualidade e determinados pragmatismos não quer dizer que não parta de escolhas racionais e individuais, as mesmas conjugadas com o sempre presente “princípio do motor irracional”, componente fundamental do campo ideológico.

exato de seus pressupostos. Buscam-se aproximações e permutações, mas passíveis de condensação.¹⁹

Assim, para Griffin (1991a; 1991b), o fascismo é um movimento de cunho nacionalista, ou, para ser mais preciso, um hipernacionalismo, aspecto este, como também demonstra Linz (1976, p. 13), “refletido em sua assentada hostilidade a todas as organizações e movimentos que podem ser concebidos como internacionais em caráter”. Mais que isso, é um nacionalismo radicalizado na medida em que corresponde a uma forte rejeição às instituições de caráter liberal, bem como de tudo que possa ser compatível com elas ou com os valores culturais do humanismo iluminista nos quais se fundam. Griffin (1991b, p. 9) observa que o hipernacionalismo fascista distingue-se na recusa axiomática do nacionalismo liberal em favor de uma “forma radical ou integral, à qual se vê no povo uma comunidade histórica supraindividual com sua própria dinâmica e destino”.

Duas outras características, conjugadas ao hipernacionalismo, complementam a formulação. A primeira delas reside no populismo²⁰ e seu apelo legitimador ao poder do povo, um povo mitificado, um todo orgânico repositório das virtudes nacionais. Os movimentos fascistas pretendem-se representantes de toda a nação antes que

¹⁹ Ponto esse válido para todas as ferramentas investigativas, como coloca Roger Eatwell (1996, p. 315): “Torna-se importante destacar que qualquer definição de fascismo é essencialmente heurística, um ‘tipo ideal’. Ela nunca estará em total conformidade como o mundo real [...] movimentos e regimes fascistas são compostos de diferentes grupos e mudam com o tempo [...] este é o fato que um bom conceito deve apontar para os caminhos mais férteis da teoria”.

²⁰ Dessa forma Milza (1997, p. 115-116) classifica as atitudes do líder do fascismo italiano: “há em Mussolini [...] uma vontade destacada de fundamentar o regime instaurado por ele em uma mobilização-adesão das massas e promover uma estratégia de integração das camadas populares no quadro do Estado autoritário, investido com uma dupla missão: modernizar as estruturas econômicas do país e impor aos diversos atores sociais uma política de colaboração de classes. Traços que, aplicados ao principal dirigente do partido, o incluem incontestavelmente à ação populista”. Ou nas palavras mais abstratas de Badie (1997, p. 228): “o populismo descreve [...] uma técnica e uma função: mobilizar o povo circunscrevendo sua natureza de comunidade política; lisonjear e amplificar suas mais profundas pulsões; os dirigir contra o ‘outro’ ou contra o ‘exterior’ para melhor dissimular os impasses dos sistemas de mobilização e de governo”.

de grupos particulares, imbuídos do espírito, dos desejos e das virtudes do povo. Tal elemento, associado ao radicalismo nacionalista na rejeição de formas pluralistas do político, vinculadas que são a valores iluministas e liberais, enfatiza a condenação da participação política dos indivíduos quando parcial (senão falaz, ao suprimir as oportunidades de expressão dos genuínos anseios de todo o povo), restringida pela intermediação da arena partidária.

Todos esses aspectos concorrem para imprimir ao fascismo atributos essencialmente carismáticos. Apela-se, dessa forma, a um feitiço integral de participação e de completo envolvimento com os destinos da nação, logo, o modelo fascista é condicionado pela atuação das lideranças, promotoras maiores da identificação dos adeptos com o movimento.

A segunda característica, e a mais fundamental a ser adicionada, conecta-se com a natureza das ideologias. Estas, como detentoras de um poder normativo, expresso sobretudo na fundamentação de comportamentos políticos coletivos, mostram-se, intrinsecamente, dependentes de suas capacidades relativas à inspiração da ação e à produção de um senso de realidade. Tais capacidades, por sua vez, fundam-se basicamente no recurso a emoções e aos impulsos afetivos dos indivíduos (SCHILS, 1968, p. 67-68). Em vista disso, o núcleo de uma ideologia pode ser visto como um mito político mobilizador, com um poder sugestional e revolucionário. De acordo com Griffin (1991b, p. 27), a expressão “mito político” diz respeito ao princípio motor irracional de toda ideologia, a despeito das legitimações racionais que possam ser invocadas. Não se trata, portanto, apenas de um mito histórico específico ou uma ficção.

Antes, o mito fascista é aquele da regeneração da nação decadente, da nova ordem, oriundo da crença na experimentação de um processo histórico decisivo, em que a crise e a decadência são vistas como sinais de que os velhos tempos estão findos e os novos se aproximam. Em conexão íntima com este, encontra-se ainda o

mito do surgimento do novo homem, resultante de uma revolução operada, principalmente, na “vida secreta de cada alma” (STERNHELL, 1976, p. 339-340): “*homo fascistus*, portador das virtudes heroicas e agente capaz de operar as transformações da sociedade”.

Tais características são sintetizadas por Griffin (1991a, p. 26) do seguinte modo: “Fascismo é um gênero de ideologia política cujo mito político, em suas várias permutações, é uma forma palingenética de ultranacionalismo populista”. É preciso salientar que a expressão “populista”, tal como empregada por Griffin (1991a, p. 36), não diz respeito a manifestações ou experiências históricas específicas (tal como a latino-americana). Antes, significa “um termo genérico empregado para forças políticas que, mesmo se lideradas por um restrito quadro de elites denominando-se ‘de vanguarda’, na prática ou por princípio (e não apenas em aparência), apoiam-se no ‘poder do povo’ com fins de adquirir legitimidade”. Por outro lado, a expressão “palingenética” é usada como “um termo genérico para visualizar um ‘começo radicalmente novo’ que sucede a um período de destruição ou de percebida dissolução” (GRIFFIN, 1991a, p. 36).

Não deixa de ser importante constatar que, dada a concepção elitista da sociedade abraçada pelo fascismo e sua versão de uma “democracia genuína” (LINZ, 1976, p. 21), o poder resulta concentrado de fato nas mãos da “elite natural”, e assim, observa-se uma “paradoxal incongruência no cerne do fascismo ultranacionalista. É populista em intenção e retórica, e elitista na prática” (GRIFFIN, 1991a, p. 41).

A proposta permite a derivação de uma série de características usualmente atribuídas ao fascismo. As negações fascistas, que levaram Linz (1976, p. 15) a classificá-lo como um “antimovimento”, são resultantes do confronto com as forças políticas tidas como antinacionalistas e responsáveis pela decadência nacional. Deve-se acrescentar ainda que os movimentos fascistas são eminentemente revolucionários, buscam a derrota das elites governantes tradicionais e a instauração de uma “nova civilização”, por isso mostram-se

anticonservadores (embora capazes de alianças por objetivos estratégicos). Esses aspectos são justamente os que fazem o fascismo vender uma imagem de modernidade futurista e de uma discursiva radicalmente nova à época.

Além disso, fascismos mais ou menos maduros só ocorrem em sociedades em que o processo de formação de um Estado-nação razoavelmente moderno e parcialmente secularizado tenha se iniciado, em especial se, concomitantemente, desenvolverem-se políticas de massas e noções tais como as de unidade cultural nacional e de etnicidade. Agregam-se a isso processos históricos marcados por crises de transição e/ou conjunturais. Distúrbios estes que podem gerar circunstâncias envolvidas no despertar da percepção de que a nação como um todo encontra-se em processo de decadência, visto que, na reversão dessa expectativa, repousa o mito do ressurgimento.

Para a irrupção de movimentos de cunho fascista não são necessárias, contudo, crises em larga escala, radicais e desastrosas. Basta que sejam suficientes para permitir o reconhecimento de fracasso quanto a um modelo socioeconômico e político-cultural. Reconhece-se aí, em muito, o Brasil dos anos de 1930. Ainda segundo Griffin (1991b, p. 30), tais problemas podem revelar-se nas “complexas pressões de modernização (como no Brasil do entreguerras), nas tensões socioeconômicas e políticas surgidas da guerra (como na Europa de 1918), ou no colapso econômico (como na Europa depois de 1929)”.

Emanações do líder

Dentro das condições sócio-históricas de possibilidades que o Brasil apresentava, desenha-se na escrita de Plínio Salgado alusões ao caráter mítico regenerador, com suas crenças promotoras da missão de renascimento nacional, e o ensejo sistematizado de uma nova ordem a ser seguida. A crise de transição modernizadora que atravessou o Brasil em meados das décadas de 1920 e 1930 compôs o pano de fundo

da fermentação cultural-ideológica que desempenhou papel central no processo de formação de uma ideologia de tipo fascista no país.

O processo histórico da transição começou a manifestar-se desde o primeiro pós-guerra mundial, com o paulatino aumento do grau de industrialização interna, com a formação de um proletariado nas grandes cidades e um rápido processo de urbanização. Como consequência imediata, acirraram-se os conflitos sociais, tais como as reivindicações operárias. Seguindo uma dinâmica ascendente, imprimida a partir das greves de 1917, a mobilização operária parecia chegar a um ponto culminante no final da década de 1920.²¹

Os setores médios, por seu turno, presentes sobretudo na burocracia, no comércio, nas pequenas empresas, no exército e enquanto profissionais liberais, bem como a crescente burguesia industrial, incorporaram-se, definitivamente, à arena política. Nesse sentido, são tradicionalmente atribuídas às camadas médias a revolta contra a vacina em 1904, a campanha civilista de 1909, a luta contra a carestia e as rebeliões tenentistas nos anos de 1920, o que contribuiu para desgastar a legitimidade da forma política vigente.

As pressões dos novos grupos sociais emergentes, o enfraquecimento da economia primário-exportadora, com certa migração para uma industrialização em moldes de substituição de importações, a crise mundial de 1929 e o aumento das dissidências regionais intraoligárquicas concorreram para a corrosão da hegemonia política da oligarquia agroexportadora. Assim, o agravamento das tensões sociopolíticas direcionadas à reformulação das estruturas de poder prepara o terreno para o processo revolucionário de 1930.

²¹ De acordo com Pinheiro (1978, p. 161), "o ano de 1919 e os três primeiros meses de 1920 são os momentos mais altos da conjuntura. Em São Paulo ocorrem 64 greves na capital e 14 no interior. As greves maiores eram lançadas por sindicatos e ramos importantes da indústria e com maior experiência. Tinha-se a impressão que estavam sendo lançadas as raízes para um poderoso movimento sindical".

A situação reinante no país, no ocaso da República Velha, propiciou o despertar de correntes de pensamento nos moldes de um hipernacionalismo antiliberal e populista²², em seu apelo a um povo e a um Brasil mitificados como justificção de novas formas do político. Somava-se a isso o engendramento de dialetos decadentistas impregnados nos esquemas salvacionistas e regeneracionistas. As circunstâncias experimentadas naqueles anos eram percebidas como uma condição de crise que exigia imediato diagnóstico e prescrição de terapia, como coloca Sadek (1978, p. 78): “aquele momento histórico foi de intensa produção intelectual. Produção essa que não apenas reflete aqueles impasses e contradições, como também procura entender suas causas e atinar com soluções”.

O surgimento de um nacionalismo é marcado pela centralização ideológica na construção mítica de um esquecido Brasil real e de uma abandonada gente brasileira, em oposição ao Brasil oficial artificializado pela importação de modelos institucionais estrangeiros. O verdadeiro povo e o verdadeiro Brasil serviriam de instâncias últimas de legitimação para qualquer reestruturação sociopolítica.

O quadro ideológico de então é enriquecido pela propagação em esferas culturais e, em especial, por políticas de discursos autorreforçadores permeados, implícita ou explicitamente, pela percepção da crise e decadência e por programas com vistas à superação desse estado de coisas. Em tal contexto são particularmente sintomáticas a revolução estética promovida pelo movimento Modernista e o chamado, quase generalizado, da *intelligentsia* política às terapias sociológicas do objetivismo tecnocrático.

²² Ressalta-se mais uma vez que se trata aqui de uma acepção puramente formal de “populismo” no sentido de que o apelo legitimador é feito ao povo (o depositário dos valores positivos) ou mesmo à supremacia da “vontade do povo” contra o que é propagado com “as elites corruptoras” da ordem vigente.

No retrato descrito por parcela da intelectualidade da Primeira República²³, encontra-se a figura de uma geração, por um lado, sacrificada pela vivência de uma trágica situação de comprometimento da totalidade do corpo social, produzida pela falência das “velhas ideias”, e, por outro lado, encarregada da tarefa de renovação:

A percepção da situação como de crise era tão generalizada, e o sentimento de urgência em sanar os males tão compartilhado, que poderíamos apontar além do antiliberalismo, do nacionalismo, do objetivismo tecnocrático, a inquietação e o ceticismo, como traços definidores desta geração. Ela se percebia sobretudo como portadora de uma alta missão de salvação, de regeneração e de construção de um novo país (SEDEK, 1978, p. 89).

A via de solução às dificuldades nacionais passava, de modo geral, pela construção de um Estado forte, fomentador da nacionalidade e realizador do “ideal coletivo”. Incluía, principalmente, a recusa do liberalismo, do Estado liberal-democrático com seu “desmoralizado” parlamentarismo multipartidário, calcado em valores humanistas-iluministas trazidos de fora, responsável maior pela “situação caótica de desagregação nacional”. A fórmula liberal-iluminista do político, impressa na Constituição de 1891, incapacitada que seria à compreensão da “realidade” nacional e culpada dos problemas do país, devia ser banida juntamente com os partidos políticos, inimigos da harmonia social em sua sujeição ao jogo das forças sociais favorecedor da luta de classes.

Deve-se lembrar, por outro lado, que a crítica manifesta no antiliberalismo denotava igualmente a crise e o impasse ao qual se

²³ Entre outros: Azevedo Amaral, Oliveira Viana, Virgínio Santa Rosa, Afonso Arinos de Mello Franco, Barbosa Lima Sobrinho.

encaminhava o liberalismo brasileiro. Isso coadunava-se com o que se poderia considerar como o início da transição de uma democracia de participação restrita para uma democracia de participação ampliada:

[o pensamento liberal brasileiro] predisposto, por origem e formação, à defesa da autonomia estadual e da independência dos agrupamentos políticos de “notáveis”, e à proteção de ambos contra a centralização do poder, temia a crescente participação popular. A timidez, portanto, do liberalismo dos anos 30 [...] é entendida perfeitamente se atentarmos para o fato de viver ele, no contexto brasileiro, as tensões da passagem da política de “notáveis” para a política de massas [...] (SOUZA, 1983, p. 65).

Não obstante a formação de ligas, centros, associações e mesmo partidos no país (como, por exemplo, o Partido Fascista Brasileiro e a Ação Social Brasileira), na esteira desse clima político-cultural, tais grupos ideológicos, permeados que eram pela retórica de renascimento nacional e pela rejeição do liberalismo, falharam inicialmente na produção de um expressivo movimento de massas dedicado ao uso de uma combinação de procedimentos legais com táticas violentas, com vistas à tomada do poder. A incapacidade de se expor como pretendentes sérios à criação de uma nova ordem, em que pesem outras razões, poderá talvez ser buscada em excessos utópicos e elitistas, ou mesmo na radicalidade insuficiente de seu populismo e hipernacionalismo, limitando a possibilidade de imprimir uma dinâmica revolucionária a seus discursos visionários. A maioria ativista e doutrinária de um fascismo nacional, em meio a suas próprias permutações, viria com o surgimento da AIB em 1932.²⁴

²⁴ Nesse sentido, o líder da AIB explicita em sua obra, *O que é o Integralismo* (1933, p. 25), a simbologia máxima de seu movimento e, ao assim fazer, esclarece a modalidade desse: “o sinal

A criação do pensamento integralista foi efetuada por meio da contribuição, muitas vezes discordante, de vários teóricos, a exemplo de Miguel Reale (com seu pensamento acerca da reorganização do Estado em moldes integrais, com a incorporação da doutrina corporativista inspirada no modelo fascista italiano)²⁵, Olbiano de Mello (com seu projeto de Estado sindical-corporativo, igualmente esboçado com base no caso italiano), Gustavo Barroso (um antisemita declarado)²⁶ e, sobretudo, por Plínio Salgado. Sem negar a fundamental importância do grupo de pensadores, nesse ponto, um corte será feito, para buscarmos, em síntese, referências do líder do movimento.

No que diz respeito ao Integralismo, basta lembrar que na primeira fase do discurso político de Plínio Salgado, entre 1919 e 1930, encontramos esquisados uma certa temática que dará ensejo à parte significativa da doutrina integralista. Suas considerações giravam em torno do nacionalismo nativista, indianista, anticosmopolita e romântico; do espiritualismo religioso; da crítica ao liberalismo; da crença no sentido missionário das novas gerações. O cristianismo, igualmente, constituiu importante referência, haja vista o elogio à pobreza honesta, às virtudes da vida simples dos pobres e a condenação da riqueza “perversa” que desvia a humanidade do espiritualismo. Salgado fazia a defesa de uma “revolução interior” do homem, na

que adotamos nos uniformes dos ‘Camisas-Verdes’, e na bandeira do Integralismo (Sigma), indica em matemática o símbolo do cálculo integral. Quer dizer que a nossa preocupação é somar tudo, considerar tudo, nem nos perdendo na esfera exclusivista da metafísica, nem nos deixando arrastar pela unilateralidade do materialismo”.

²⁵ Segundo Bertonha (2013, p. 270), “Miguel Reale (1910-2006) foi um dos mais importantes líderes da Ação Integralista Brasileira (AIB) e, dentro dela, se destacou pelo especial cuidado que dedicou às questões relacionadas à organização do futuro Estado integral”.

²⁶ Para Caldeira Neto (2013, p. 46-47), “o conjunto das obras doutrinárias do Integralismo escritas por Gustavo Barroso é marcado profundamente pelo antissemitismo [...]. A trama conspiratória enunciada na obra de Barroso é claramente identificada com elementos e teores oriundos de obras como *Os protocolos dos Sábios de Sião* [...] fato que não era apreciado por Plínio Salgado, não somente pela aproximação com o discurso e radicalismo do nacional-socialismo alemão, mas sobretudo por questões de disputa de poder no movimento integralista”.

direção de reformas sociais, vaticinando a formação de uma nova raça no Brasil (MEDEIROS, 1978).

Partindo dessas observações iniciais, deve-se sublinhar aqueles fatores que denotam o caráter de ultranacionalismo xenófobo, anti-liberal e calcado na concepção mitificada de um “povo adormecido”. Não podem ser esquecidos também os componentes dos discursos de “rejuvenescimento nacional” e de “criação da nova ordem”.²⁷ Com efeito, o “mito político” integralista parece condensar-se a partir da fixação de uma nação e de um povo profundamente idealizados. Ambos jazem em avançado estágio de decadência e corrupção promovidos por forças econômicas, políticas e culturais de origem exógena²⁸, mas que se assentam ainda em um substrato de resistência enraizada na alma desse povo e que deve ser reavivada. Povo esse perdido nas profundezas da terra brasileira, nos confins do país, no interior distante, mas fadado a se levantar:

A alma de um povo só se desperta com coragem, com fé, com energia [...] contra os entorpecentes liberais [...], o cosmopolitismo despersonalizador [...], o grosseiro oportunismo [...], o aviltante pragmatismo [...], os pântanos morais onde se afogam as raças decadentes e se escravizam as nacionalidades (SALGADO, 1935, p. 193-198).

²⁷ “Movimentar as massas populares numa grande afirmação de rejuvenescimento. Sacudir as fibras da pátria. Erguê-la da sua depressão, do seu desalento, da sua amargura, para que ela caminhe, dando começo à nova civilização” (SALGADO, 1932, p. 12).

²⁸ “O cosmopolitismo, isto é, a influência estrangeira, é um mal de morte para o nosso Nacionalismo. Combatê-lo é o nosso dever [...], referimo-nos aos costumes, que estão enraizados, principalmente em nossa burguesia, embevecida com essa civilização que está periclitando na Europa e nos Estados Unidos. Os nossos lares estão impregnados de estrangeirismo” (SALGADO, 1932, p. 3).

Esse despertar ao qual se propunha o Integralismo permitiria à nação o cumprimento de seu destino histórico. Ali estava o revolucionário “novo homem”:

O espírito do sertão está invadindo as cidades [...]. A América do Sul vai erguer-se pelo milagre do Brasil. O Brasil caboclo, o Brasil forte, o Brasil do sertão, o Brasil bárbaro e honesto, num ímpeto selvagem, vestiu uma farda cor das matas e desfraldou uma bandeira da cor do céu [...]. É o despertar de um Nação. É um destino que se cumpre (SALGADO, 1936, p. 35).

A percepção integralista da realidade nacional deriva-se de uma peculiar interpretação filosófica da história, do homem e da sociedade. Concepção essa governada pelo binômio materialismo-espiritualismo (ARAÚJO, 1984). A expansão dos princípios materialistas em direção ao controle integral da vida social e, conseqüentemente, a destruição dos valores espirituais seria a causa da decadência da civilização. O materialismo puro deveria, portanto, ser combatido no sentido da restauração do equilíbrio inspirado, justamente, nos valores espiritualistas da existência.

O Brasil contemporâneo, bem como o resto do mundo, sucumbia ao ateísmo materialista. A civilização ateísta brasileira, insuflada pela burguesia urbana e pela elite agrária, estaria forçada, por circunstâncias históricas que remontavam ao período colonial, ao convívio com um fundo espiritualista preservado, sobretudo, no interior do país, onde vive o caboclo, onde o sentimento de nacionalidade seria mais forte. A transformação espiritual e a concomitante transformação estrutural da sociedade brasileira ocorreriam a partir da população interiorana, o “verdadeiro povo” em oposição à “elite corrupta”.

Diante desse quadro, é possível perceber a anatematização integralista de todas as forças culturais, sociais e econômicas consideradas promotoras do puro materialismo e, logo, da decadência

nacional: o racionalismo científico, o liberalismo e o sistema político democrático-liberal, bem como as realizações maiores da civilização ateuista, o capitalismo e o comunismo. A liberal-democracia, vista como irmã gêmea do comunismo²⁹, é responsabilizada, entre outras coisas, pela exploração econômica, pela desagregação social, pelo aviltamento humana e pela desmoralização dos valores nacionais.

O surgir de uma sociedade harmônica, com a dignificação da humanidade, pressupõe a eliminação desses elementos e suas instituições. A atuação partidária, relacionada a interesses de grupos sociais antagônicos e a pseudorepresentatividade, se mostraria ilusória e fraudadora dos interesses legítimos do povo. Vinculada ao sistema de sufrágio universal, serviria apenas para promover a desorganização, a luta de classes, a opressão exploratória dos poderosos, o individualismo competitivo e a injustiça social.

Uma verdadeira democracia, a orgânica, demandaria a substituição do falso “voto cívico” pela organização corporativa da nação coordenada pelo Estado hipercentralizado, no qual a “representação autêntica” contemplava os interesses de todos.³⁰ Plínio Salgado (1933, p. 42) verberava: “Nós, integralistas, que pretendemos realizar a verdadeira democracia, que não é liberal, mas orgânica [...], combatemos o voto desvalorizado e a liberdade sem lastro [...], a mentira dos políticos”. Ainda, no “Manifesto-Programa da Ação Integralista Brasileira” (*apud* CARONE, 1974, p. 323) lançado em 1937, declara-se:

²⁹ “O comunismo destrói a personalidade humana para melhor escravizar o homem à coletividade; destrói a religião para melhor escravizar o ser humano aos instintos; destrói a iniciativa de cada um, mata o estímulo, sacrifica uma humanidade inteira, por um sonho falsamente científico [...], nossa Pátria precisa estar unida e forte de modo a salvar-se do comunismo internacionalista que está entrando no seu corpo, como um cancro” (SALGADO, 1932, p. 5; 7).

³⁰ Um Estado onipresente e imparcial em sua coordenação da nação, o cerne da aplicação da “verdadeira justiça”: “O Estado passa a ser o Grande Revolucionário, falando em nome das inquietações, dos desejos, das aspirações superiores, dos sentimentos de justiça da Nação. O Estado adquire, assim, uma autoridade nova, sobrepassando aos interesses de grupos sociais, políticos e econômicos. O Estado passa a ser [...] o mantenedor de equilíbrios, a concretização do ideal de justiça e da liberdade, o criador de ritmos sociais” (SALGADO, 1937, p. 21-22).

“O Integralismo não é antidemocrático. Ao contrário, quando condena os partidos é porque visa substituí-los pelas corporações, órgãos que, em nossos dias, são os únicos capazes de captar e exprimir a vontade popular”.

Por sua vez, notam-se elementos do hipernacionalismo palingenético integralista em sua busca de uma “verdadeira revolução espiritual”³¹ orientada no sentido da construção de uma nova sociedade e civilização mais justas e fraternas. Sua dinâmica populista evidencia-se ainda mais claramente nas pretensões de unificação participativa da totalidade do povo brasileiro, de representação autêntica orgânico-corporativa habilitada à expressão da vontade popular, atuando ao nível de regiões, famílias, profissões e classes. Somam-se a isso as exigências do “renascimento” nacional, o qual deveria fundar-se em processos de conscientização capazes de levar todos, sem exceção, ao interesse pela coisa pública, pela participação na luta à subjugação das “leis da matéria” e dos prejuízos culturais provocados pela era capitalista e burguesa.³² Empreender a “revolução interior” e a transformação radical da sociedade requeria uma “campanha pedagógica” e um trabalho de organização e arregimentação de base.

Essa dinâmica, por sua condenação do sistema parlamentar liberal³³, pela afirmação da democracia orgânica e, implicitamente,

³¹ “A Revolução Integralista é permanente, porque será sempre a inferência do Espírito Humano recompondo equilíbrios sociais, de conformidade com os impositivos da moral e da finalidade superior do Homem [...]. O Messias era um só e já veio para iluminar todo o gênero humano. Ele nos deu os princípios fundamentais da possível felicidade terrena e nos mostrou o caminho do infinito” (SALGADO, 1937, p. 70-71).

³² “A educação do capitalismo é materialista [...], o governo do capitalismo é agnóstico, enquanto as sociedades secretas a ele ligadas destroem o sentimento religioso dos povos [...], o capitalismo deseja transformar toda a humanidade numa grande máquina, para servir a uma raça eleita, a raça dos financistas” (SALGADO, 1937, p. 119).

³³ “O fato é que o comunismo e o capitalismo são a mesma coisa [são materialistas]. O clima desse monstro de duas cabeças é a liberal-democracia. Todo o brasileiro que for liberal-democrata neste momento está trabalhando, consciente ou inconscientemente, para o comunismo [...], só uma corrente política enfrenta esse monstro: é o Integralismo [...] com o Integralismo [...] declaramos guerra aos escravizadores da humanidade” (SALGADO, 1937, p. 120).

do “igualitarismo proporcional”, transforma, de fato, a representação da vontade geral em pouco mais do que delegação de autoridade a uma elite ou a um líder, guardiões dos destinos do povo, com o qual encontram-se misteriosamente vinculados. Quanto ao “igualitarismo proporcional”, o próprio movimento esclarece na Ata da Primeira Reunião Pública do Integralismo, ocorrida em 3 de janeiro de 1933, ao referendar, de fato, à meritocracia: “[...] como fórmula, o Integralismo não requer a igualdade aritmética do comunismo, que é uma utopia, e da qual o próprio bolchevismo cada vez mais se afasta – mas sustenta o princípio da proporcionalidade em razão das capacidades individuais” (*apud* CARONE, 1974, p. 319).

Sendo assim, as características da feição populista do nacionalismo regenerador e “verdadeiramente” democrático integralista conduzem, naturalmente, aos princípios de hierarquia e liderança. Os líderes do movimento estariam entre aqueles “predestinados” dotados de virtudes para a apreensão e representação da vontade, das emoções e dos sentimentos do povo. Seriam os arquitetos da pátria, um grupo de “heróis” capacitados a interpretar a raça e a história a partir de sua vinculação à força poderosa do subconsciente, do sentimento, dos instintos da massa humana, aptos, assim, a contrapor o materialismo.

O despertar do povo³⁴, impulsionado pela “revolução espiritualista”³⁵, aguardava apenas o surgimento de seus intérpretes

³⁴ Observa-se, além disso, as constantes referências de Salgado ao cristianismo, uma das marcas do Integralismo brasileiro: “Deus acordou o Brasil. O odor dos vossos entorpecentes não perturbará nossa vigília sagrada. Retumba, por todo o território do país, o nosso passo firme. Um espírito imortal palpita em nossas bandeiras, vibra no hálito de nossas legiões e canta no clamor dos tambores dos ‘camisas-verdes’, que retumba na hora do vosso crepúsculo, como um anúncio da alvorada!” (SALGADO, 1937, p. 150).

³⁵ “A Ação Integralista Brasileira é um movimento revolucionário [...], quando falamos de ‘Revolução integralista’ não nos referimos à arregimentação de forças heterogêneas e confusas [...], objetivando unicamente o assalto ao poder. Este movimento [...] é também um fenômeno espiritual, o mais expressivo dos tempos modernos, assim como é o mais tipicamente cultural [...]” (SALGADO, 1935, p. 13).

naturais³⁶, condição de possibilidade da “enérgica” transformação pregada pela “campanha de salvação nacional” integralista. Assim, o caráter revolucionário do Integralismo expressa-se não somente na intenção ideológica de erguer uma nova ordem, mas também na vocação para promover uma profunda transformação social que afaste do poder as classes dirigentes tradicionais em favor da nova “elite natural”, composta por aqueles imbuídos da “concepção integralista do universo”: “reivindicamos também o governo dos povos para as aristocracias mentais, portadoras da ideia” (SALGADO, 1935, p. 152). O conteúdo palingenético do mito político integralista passa, ainda, por uma “metafísica” da revolução na qual encontramos, por fim, a revolução integralista consolidando a nova ordem mediante sua reificação num Estado de natureza corporativa-hierarquizada.³⁷

Cabe ressaltar, acerca disso, que a mobilização das vontades humanas seria, na visão de Plínio Salgado (1936), a fundação, sob a égide do novo Estado, da “quarta humanidade” – síntese das demais civilizações desenvolvidas pelo homem, a qual terminaria definitivamente com o eterno conflito entre espírito e matéria. No Brasil, a construção da nova ordem pressupunha a retomada de ideais pré-independência por meio do despertar da “raça cabocla”, com seus princípios éticos e espirituais latentes no sangue do povo. Não se deve ver aí nenhuma propensão antimoderna do Integralismo.³⁸ Ocorre que o apelo ao novo

³⁶ “O Integralismo [...], nós somos os homens [...] apaixonados pela grandeza e unidade da Pátria [...], somos os que possuem uma doutrina firme, fixa, nítida [...], nós somos os que sustentamos todas as lutas, à luz do sol, das ideias de Deus, da Pátria e da Família [...], somos os que queremos ordem e disciplina [...], somos os que estamos criando uma unidade de pensamento e uma cultura genuinamente nossa [...], nós somos a nova geração [...] predestinada a constituir o Sagrado Tribunal da História” (SALGADO, 1937, p. 85-88).

³⁷ “O Estado Integralista terá de substituir, imediatamente, a fim de salvar a verdadeira democracia das garras de oligarquias financeiras, o arcaico aparelho dos partidos pela organização corporativa da Nação. Declarados os partidos fora da lei, cada brasileiro terá de se enquadrar dentro da sua profissão” (SALGADO, 1935, p. 23).

³⁸ Como os demais movimentos fascistas, a AIB se reconhecia como pertencente à modernidade e a algo absolutamente novo na arena política: “[...] nós, integralistas, somos homens do século XX, ao passo que os liberais, os comunistas, os reacionários de extrema direita, os

tipo de sociedade é elaborado, retoricamente, sobre feitos atribuídos a uma era mais gloriosa da história nacional, com vistas a invocar o caráter regenerativo, o qual constitui-se como pré-requisito para o renascimento nacional. Não se trata, portanto, de apontar um modelo sociopolítico a ser meramente copiado, nem mesmo de uma restauração do passado, e sim uma recriação em perspectiva de futuro.

Em conclusão, o terreno próprio para o surgimento do fascismo parece ser o daquelas sociedades democrático-liberais modernas ou relativamente modernizadas, em estágio evolutivo particularmente sensível, que atravessam alguma crise estrutural. Tal situação, propícia à emergência de movimentos nacionalistas populistas, pode suscitar a mutação desses últimos em uma nova forma que se representa como radical, antiliberal e, por fim, anticonservadora e revolucionária mediante a atuação catalítica de mitos de degeneração e suas contrapartes, os mitos de renascimento nacional.

Nas sociedades baseadas em certo endosso governamental a valores liberal-iluministas, pode ocorrer, com maior facilidade, a tipificação do sistema como corrupto e decadente – algo que deva ser completamente destruído e substituído por um novo molde de organização social. Sendo assim, o mito político fascista, ao que tudo indica, é dependente, em grande parte, da existência prévia de correntes de ultranacionalismos ainda não fascistas, mas cuja mitopoética palingenética possa transformar-se numa ideologia que se supõe revolucionária. Nesse sentido, a AIB aparece como o movimento/partido que atingiu o estágio fascista no continente latino-americano.

Se tais elementos, porém, não estão presentes ou não estão suficientemente consolidados, a ocorrência fascista é dependente,

socialistas timoratos, os republicanos positivistas, os cientificistas políticos são homens de uma época que se assinalou pelo sentido da análise. Vivemos hoje uma época de síntese [...], essa forma de mentalidade nova abre novos horizontes aos problemas políticos [...], o Estado passa a ser o Grande Revolucionário" (SALGADO, 1935, p. 21).

pelo menos, da existência de imitações de exemplos estrangeiros de fascismo. De fato, a América Latina mostrou-se pródiga não apenas na aniquilação de frágeis democracias, pela atuação de forças conservadoras por meio de golpes militares, mas também na gênese de formas individuais de nacionalismo não dotadas de uma matriz ideológica genuinamente revolucionária de ultranacionalismo palingenético, essencial ao fascismo. Produziu-se, assim, toda sorte de autoritarismos não fascistas. Nesse contexto, o enfrentamento de movimentos fascistas com forças autoritárias concorrentes resultou, quase que invariavelmente, na preponderância dessas últimas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *In Medio Virtus: uma análise da obra integralista de Miguel Reale*. Rio de Janeiro: Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1988.

_____. *A cor da esperança: totalitarismo e revolução no integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1984.

BADIE, Bertrand *et al.* Le populisme? *Vingtième Siècle, revue d'histoire*, n. 56, p. 224-242, 1997.

BERTONHA, João Fábio. O pensamento corporativo em Miguel Reale: leituras do fascismo italiano no integralismo brasileiro. *Revista Brasileira de História*, v. 33, n. 66, p. 269-286, 2013.

_____. *Bibliografia orientativa sobre o integralismo (1932-2007)*. Jaboticabal, SP: FUNEP, 2010.

_____. *Sobre a direita: estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo*. Maringá, PR: Eduem, 2008.

BRANDALISE, Carla. *O fascismo na periferia latino-americana: o paradoxo da implantação do integralismo no Rio Grande do Sul*. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

BUCHRUCKER, Cristián. *Nacionalismo y Peronismo*. La Argentina en la Crisis Ideológica Mundial (1927-1955). Buenos Aires: Sudamericana, 1987.

CALDEIRA NETO, Odilon. Gustavo Barroso e o esquecimento: integralismo, antissemitismo e escrita de si. *Cadernos do Tempo Presente*, v. 14, p. 44-56, 2013.

CAMPI, Alessandro (coord.). *Che cos'è il fascismo? Interpretazioni e prospettive di ricerca*. Roma: Ideazione, 2003.

CARNAGUI, Juan Luis. Un fascismo argentino? Analizando el discurso de la prensa nacionalista radicalizada. *Espaço Plural*, v. 16, 2007. p. 19-24, 2007.

CARONE, Edgar. *A Segunda República*. São Paulo: Difel, 1974.

CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado. Forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho (org.). *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: Paz e Terra, 1985. p. 17-149.

DE FELICE, Renzo. *Le Fascisme: un totalitarisme à Italienne?* Paris: Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, 1988a.

_____. *A Itália de Mussolini e a origem do fascismo*. São Paulo: Icone, 1988b.

_____. Il fascismo come problema interpretativo. In: GENTILE, Emílio; DE FELICE, Renzo. *Le Interpretazioni del fascismo*. Laterza: Roma-Bari, 1969. p. 53-68.

EATWERLL, Roger. On Defining the "Fascist Minimum": the Centrality of Ideology. *Journal of Political Ideologies*, v. 1, n. 3, 1996.

FINCHELSTEIN, Federico. *La Argentina fascista: los orígenes ideológicos de la dictadura*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

GERASSI, Marysa Navarro. *Los nacionalistas*. Buenos Aires: Jorge Alvez, 1968.

GERTZ, René. Pesquisas sobre o integralismo na década de 1970. In: SILVA, Giselda Brito (org.). *Estudos do Integralismo no Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 13-26.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

_____. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012a.

_____. Plínio Salgado e integralismo: relação franco-luso-italiana. *Lusitânia Sacra: Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, v. 26, p. 133-154, 2012b.

GRIFFIN, Roger. Consensus? Quel consensus? Perspectives pour une meilleure entente entre spécialistes francophones et anglophones du fascisme. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, v. 4, n. 108, p. 53-69, 2010.

_____. The Primacy of Culture: The Current Growth (or Manufacture) of Consensus within Fascist Studies. *Journal of Contemporary History*, v. 37, n. 1, p. 21-43, 2002.

_____. *International Fascism: theories, causes and the new consensus*. Londres: Arnold, 1998.

_____. *The nature of fascism*. London: Pinter Press, 1991a.

_____. The nation reborn: a new ideal type of generic fascism. *Political Science Association (IPSA)*, Buenos Aires, 1991b.

HENNESSY, Alistair. Fascism and Populism in Latin America. In: LAQUEUR, Walter. *Fascism: a reader's guide*. Berkeley: California University Press, 1976. p. 255-294.

HILTON, Stanley. A Ação Integralista Brasileira: o fascismo no Brasil, 1932-1938. In: HILTON, Stanley. *O Brasil na crise internacional*. Rio de Janeiro: Cultura Brasileira, 1977. p. 23-57.

KERSHAW, Ian. Hitler and the Uniqueness of Nazism. *Journal of Contemporary History*, v. 39, n. 2, p. 239-254, 2004.

LARSEN, Stein Ugelvik (coord.) *Fascism Outside Europe*. New York: Columbia University Press, 2001.

LE BON, Gustave. *Les opinions et les croyances. Genèse, évolution*. Paris: Flammarion, 1911.

LINZ, Juan. Some notes to word a comparative study of fascism in sociological perspective. In: LAQUEUR, Walter (ed.). *Fascism: a reader guide*. Berkeley: California University Press, 1976. p. 3-121.

_____. An authoritarian regime: the case of Spain. In: ALLARD, Erich; ROKKAN, Stein (ed.). *Mass politics: studies in political sociology*. New York: Free Press, 1970. p. 251-285.

MARQUEZ, Luis Corvalan. Identidad, ideología y política en el Movimiento Nacional Socialista de Chile, 1932-1938. *Izquierdas*, n. 25, p. 76-119, 2015.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1978.

MERKL, Peter. Comparing fascist movements. In: LARSEN, Stein et al. *Who were the fascists: social roots of European fascism*. Bergen: Universitetsforlaget, 1980.

MILZA, Pierre. Mussolini entre fascisme et populisme. *Vingtième Siècle, Revue d'histoire*, n. 56, p. 115-120, 1997.

_____. *Les Fascismes*. Paris: Seuil, 1991.

MILZA, Pierre. Préface. In: STERNHELL, Zeev et al. *Naissance de l'idéologie fasciste*. Paris: Fayard, 1989. p. 12-16.

MILZA, Pierre; BERSTEIN, Serge. *Dictionnaire historique des fascismes et du nazisme*. Bruxelles: Editions Complexe, 1992.

PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. Les fascismes: essai d'histoire comparée. *Vingtième Siècle, Revue d'histoire*, n. 45, p. 3-13, 1995.

PAYNE, Stanley. *El fascismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1978. p. 135-178.

POTASHNIK, Michael. *Nacismo: national socialism in Chile: 1932-1938*. Berkeley: California University Press, 1974.

ROBERTS, D. D.; DE GRAND, Alexander; ANTLIFF, Mark; LINEHAN, T. Linehan. Comments on Roger Griffin, "The Primary of Culture". *Journal of Contemporary History*, v. 37, n. 2, p. 259-274, 2002.

SADEK, Maria Tereza. *Machiavel, Machiavéis: a tragédia octaviana*. São Paulo: Símbolo, 1978.

SALGADO, Plínio. *A doutrina do Sigma*. 2. ed. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1937.

_____. *A quarta humanidade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

_____. *Despertemos a Nação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

_____. *O que é o Integralismo*. São Paulo: Star, 1933.

_____. *Manifesto de 7 de outubro de 1932: Ação Integralista Brasileira*. Disponível em: <https://www.integralismo.org.br/manifesto-de-7-de-outubro-de-1932/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SAVARINO, Franco. Los avatares del fascismo en México. In: CAMPOS LÓPEZ, Xóchit P.; CABALLERO, Diego M. Velázquez (coord.). *La derecha mexicana en el siglo XX: agonía, transformación y supervivencia*. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2017. p. 149-170.

_____. Fascismo en América Latina: la perspectiva italiana (1922-1943). *Diálogos*, v. 14, n. 1, p. 39-81, 2010.

SAVARINO, Franco; BERTONHA, João Fábio (coord.). *El fascismo en Brasil y América Latina: ecos europeos y desarrollos autóctonos*, México: INAH, 2013.

SCHILS, Edward. *The Concept and Function of Ideology*. New York: Macmillan e Free-Press, 1968.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1945)*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

STERNHELL, Zeev et al. *Naissance de l'ideologie fasciste*. Paris: Fayard, 1989.

STERNHELL, Zeev. *Fascism Ideology*. In: LAQUEUR, Walter (ed.) *Fascism: a Reader's Guide*. California: University of California Press, 1976. p. 315-378.

TREVOR-ROPER, Hugh Redwald. The phenomenon of fascism. In: WOOLF, Samuel Johnson (ed.). *Fascism in Europe*. London: Methuen, 1981. p. 8-38.

TRINDADE, Helgio. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas*. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

_____. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

VASCONCELOS, Gilberto Felisberto. *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.